



RESGATE HISTÓRICO

Manto tupinambá retorna às origens

Após 400 anos, comunidade indígena brasileira recebe de volta a relíquia, símbolo de autoridade, levada por europeus

» MAYARA SOUTO

O retorno do manto tupinambá às terras brasileiras, após passar quatro séculos no Museu Nacional da Dinamarca, gerou comoção em comunidades indígenas e muita curiosidade da sociedade. Feito de penas de ave guará e linha de algodão, a peça foi confeccionada entre os séculos XVI e XVII no Brasil e, depois, levado pelos colonizadores. Ao **Correio**, especialistas comentam a importância cultural, política e social da peça.

Na tradição indígena, o manto tupinambá é uma maneira de demonstrar autoridade política. Ele pode ser utilizado em cerimônias especiais e também em rituais de espiritualidade. Só é permitido que ele seja utilizado pelo alto escalão da comunidade indígena, como pajés e caciques.

“Nunca falam sobre a história dos povos originários, dos tupinambás. Quando nós, povos indígenas, vamos buscar as nossas histórias, remexer no baú, a gente encontra a maioria dos nossos patrimônios culturais em solo europeu. É a primeira vez na história que os povos indígenas têm acesso aos seus ancestrais e podem contar, a partir de uma escuta sensível, sobre o seu povo e falar sobre o seu território de origem”, declara a liderança indígena Glicéria Tupinambá, das terras indígenas de Olivença, na Bahia.

Glicéria, que é antropóloga, explica que seu povo foi um dos primeiros a serem colonizados, já que estão na faixa litorânea do país, onde chegavam as embarcações. Segundo ela, os colonizadores retiravam os mantos dos indígenas como uma forma de mostrar que eles estavam “catequizados”.

Segundo o historiador Crenivaldo Veloso, que também atua no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, para onde o manto foi levado, o artigo indígena rememora tempos em que o Brasil



Relíquia indígena

O manto tupinambá, que retornou ao Brasil após passar quatro séculos na Dinamarca, acendeu a curiosidade dos brasileiros acerca de seu significado. Veja abaixo tudo o que se sabe sobre o símbolo indígena.

Possui **1,20 m** de altura e **80 cm** de largura

É um dos **11 mantos tupinambás** espalhados pela Europa

Tem cerca de **300 anos** e outras peças similares podem ter até **600 anos**

É feito de linhas de algodão, como barbante, e penas de pássaros

Mostra poder político entre os tupinambás - veste pajés, caciques e outras figuras do alto escalão indígena

Essa peça é considerada “feminina”, pois vestia mulheres

Era utilizado em cerimônias importantes e também em rituais de espiritualidade

Confeccionado por mulheres

Era retirado pelos colonizadores para mostrar que os índios estavam “catequizados”

É do século **16 ou 17**

Para os indígenas representa um ancestral ancião

Fonte: Reportagem — Crédito da Foto: Museu Nacional da Dinamarca

era predominantemente indígena. “Esse manto tupinambá é um exemplo de um Brasil que é território indígena e que a sociedade brasileira contemporânea precisa reconhecer. Representa uma antiguidade, uma presença protagonista e ativa na construção da história do país. É também uma prática de releitura e crítica às experiências coloniais porque a forma com que esses seres sagrados foram parar em museus vem sendo alvo de críticas e revisão histórica. Simboliza uma vitória do movimento indígena brasileiro”, avalia.

O retorno da peça ao Brasil teve uma longa trajetória. A antropóloga explica que, desde 2000, a história dos mantos foi revivida, mas que não se sabia onde eles estavam. Estudando a própria cultura com ancestrais, em 2007, a indígena confeccionou um manto com base no que era descrito pela tribo. Mas ela conta que foi só em 2018 que conheceu, ao vivo, pela primeira vez, um manto tupinambá extraído do Brasil. Ele estava na França e foi como um “sinal”, segundo ela, para procurar por mais peças como aquela, pelo mundo.

Ao realizar a pesquisa para o mestrado sobre os mantos, Glicéria começou a procurar a peça em outros países e localizou algumas na Itália, Suíça, Bélgica e Dinamarca. Nesse último país, ela diz que o manto “falou” com ela e “disse” que estava “pronto” para ser “levado para casa”. Assim, junto a uma carta que o povo tupinambá já havia enviado nos anos 2000, o Museu Nacional brasileiro pediu pela peça. Desde junho do ano passado iniciou-se o processo de envio do manto indígena.

Ancestralidade

Para os tupinambás, os mantos são como entidades ancestrais, que carregam a memória das histórias que viveram e podem também ser masculinos ou femininos. O manto enviado pela Dinamarca, segundo Glicéria, é feminino. Foi feito e utilizado por mulheres tupinambás e há provas de sua utilização em pinturas e registros históricos da época colonial.

“É incrível, fantástico. Só para a gente mesmo, que é do povo, que tem a cultura para entender.



Esse manto tupinambá é um exemplo de um Brasil que é território indígena e que a sociedade brasileira contemporânea precisa reconhecer”

Crenivaldo Veloso, historiador

A gente sai do nosso território e chega diante de um ancestral que te reconhece como parente de sangue, que tem uma memória de tantos anos. Tem mantos de 400, 600 anos, são muito antigos e guardam fragmentos de memória. Para mim, isso é incrível”, comenta empolgada a indígena.

Glicéria afirma que não há pretensão de trazer outro manto ao Brasil, agora. Segundo ela, é necessário tempo para que o manto tupinambá seja recebido, passe por ritos dos indígenas e também comece a ser conhecido pela sociedade no Museu Nacional. O momento é de apreciar a conquista dos indígenas.

Veloso vê como um momento simbólico a retomada do manto indígena. “O manto é um marco ancestral. É como uma oposição ao marco temporal”, declara, fazendo referência às recentes discussões no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal sobre a tese que prevê que só são áreas indígenas aquelas que já tinham sido demarcadas em 1988. O historiador acredita que a cultura indígena é “algo em movimento”, como mostra o próprio ressurgimento de um manto que era desconhecido até então.

Cimi denuncia novos ataques a indígenas no MS

» ANDRÉ PHELIPPE
» ESPECIAL PARA O CORREIO

Novos ataques a indígenas guarani kaiowá foram registrados, ontem, no Mato Grosso do Sul, informam o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e e Comissão Guarani Yvyrupa. Desde a semana passada, o estado vem enfrentando conflitos territoriais entre produtores rurais e grupos indígenas. Também houve ocorrências no oeste do Paraná e no Rio Grande do Sul.

No Mato Grosso do Sul, segundo o Cimi, as cinco retomadas da região de Douradina circunscritas à Terra Indígena Lagoa Rica Panambi continuam sendo perseguidas por capangas armados desde a manhã deste sábado. Em Campo Aberto, quase uma dezena de caminhonetes se posicionaram com homens nas caçambas, que rapidamente se espalharam em um perímetro ofensivo contra o grupo guarani kaiowá.

Os conflitos levaram o governo a enviar a Força Nacional para o local para evitar que os embates se intensifiquem.

Em Caarapó (MS), duas áreas que foram retomadas na Terra Indígena Dourados Amambai Peguá começaram a ser sobrevoadas por drones e cercadas por caminhonetes. No oeste do Paraná, na tekoha — termo utilizado para definir território — Tata Rendy, dos ava guarani, também tiveram registros de cerco e incêndios.

Além dos conflitos de ontem, o Cimi, órgão que é vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), constatou ataques ao povo kaingang da Retomada Fág Nor, em Pontão, região localizada próximo ao município de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Os ataques foram orquestrados por homens encapuzados que desceram de veículos e atiraram contra os indígenas e incendiaram uma aldeia. Este é o terceiro ataque sofrido em uma semana depois que as famílias decidiram voltar para uma área mais próxima ao território tradicional.

Força Nacional

Representantes do governo federal deixaram a capital

eloy Terena/Instagram



Cimi registrou novos ataques a indígenas nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul

federal no último dia 16 e, desembarcaram no Mato Grosso do Sul, para “mediar conflitos fundiários” que culminaram em

uma série de ataques contra indígenas que ocuparam áreas rurais reivindicando como territórios tradicionais. As equipes que

estão no local são compostas por membros dos ministérios dos Povos Indígenas (MPI) e dos Direitos Humanos e da Cidadania

(MDHC). O Ministério da Justiça e Segurança Pública autorizou, no último dia 17, o emprego de agentes da Força Nacional para preservar a ordem e a integridade em aldeias indígenas do Cone Sul do Mato Grosso do Sul e nas regiões fronteiriças do estado.

Mesmo com as comitivas do MPI e das tentativas de negociação com proprietários rurais e políticos locais para a interrupção dos ataques, segundo o Cimi, ainda não houve a presença de uma medida mais sólida do governo em busca de soluções reais. O órgão ainda critica o desempenho da Força Nacional.

Os indigenistas argumentam que, nos três casos — guarani kaiowá, ava guarani e kaingang — houve incêndios criminosos em áreas ocupadas pelos indígenas. Os agressores atearam fogo em aldeias e nas matas do entorno. Outra questão em comum, é que nas três ocorrências, os ataques aconteceram horas após a saída de representantes do MPI das áreas e com a presença da Força Nacional.